LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA UL

FR. JOÃO BATISTA PEREIRA DOS SANTOS O. P.

A Unilabor, desde a publicação do livro que a fez conhecida, evoluiu para salvar o seu espírito, para manter a sua idéia de comunidade de trabalho dentro das novas circunstâncias criadas pela sua própria expansão. Esta evolução impôs modificações e melhoramentos nas três características essenciais da comunidade de trabalho: a co-propriedade, a participação nos lucros e a participação na gestão. Examinadas estas adaptações, o autor do artigo, que é também o criador e inspirador da Unilabor, mostra a significação e o relêvo que assume esta experiência vitoriosa na atual conjuntura brasileira.

DESDE a publicação do livrinho *Unilabor* — uma revolução na estrutura da empresa, temos sido bombardeados com perguntas a respeito do funcionamento da comunidade UL e da possibilidade da aplicação de seus princípios a outros ramos de atividade econômica, principalmente no setor da grande empresa. A maior parte dessas perguntas estão respondidas no livrinho ou no jornalzinho da UL, *Comunidade*, algumas a grosso modo, outras de forma mais cabal. Mas a verdade é que os brasileiros em geral pouco lêem, e quando o fazem é quase sempre de modo apressado e superficial. Um livro, mesmo pequeno, parece que é para eles um peso insuportável de segurar nas mãos. Já um artigo de revista ou de jornal tem um pouco mais de chance de ser lido até o fim.

Vou tentar responder no presente artigo a algumas perguntas que de fato não foram examinadas no livro ou só foram respondidas muito por alto. Tôdas elas se encaixam num ou noutra dêsses três itens essenciais a qualquer emprêsa:

- a questão da propriedade
- a questão da repartição dos lucros e do seu emprêgo
- a questão da direção ou co-gestão.

A) A co-propriedade

Como bem salientou JOÃO XXIII na *Mater et Magistra*, a questão da propriedade das firmas há muito que já deixou de ser o objetivo máximo da luta operária.

Cumpra notar porém que mesmo assim foi mantido integralmente no programa da UL: a firma pertence de fato aos companheiros que a integram.

Mas há um artigo da nossa constituição interna que é o 3.º e que está a exigir uma retificação: reza êle que “a participação na propriedade da firma se dará assim que o capital inicial fôr devolvido integralmente ao financiador que é o Centro Social Cristo Operário”.

A verdade é que êsse capital ainda não foi devolvido integralmente, de vez que a última amortização mensal deverá ser paga em outubro de 1964.

Êsse artigo foi realmente superado pela realidade econômica e financeira, tanto da firma como do país. Devido não só à inflação já quase galopante, como ao crescimento acelerado da UL, esta amortização mensal tornou-se uma coisa puramente simbólica, pois o que vem a ser Cr\$3.360,00 no movimento de uma emprêsa e na conjuntura do país? Aquêles Cr\$200.000,00 iniciais há bastante tempo que poderiam ter sido integralmente pagos, e se significaram muito no início quando a firma nada mais possuía senão essa soma e mais a fôrça de trabalho de três homens, hoje nada significam quando a firma já possui de capital real trinta e cinco milhões e dispõe da fôrça de trabalho de 65 pessoas, realizando um movimento mensal de doze milhões.

De modo que fazer depender a propriedade da empresa do cumprimento literal desse art. 3.º seria simplesmente ridículo. Esse empréstimo podia ter sido resgatado logo no terceiro ano. Não o foi porque nem o financiador nem a firma quiseram que o fôsse, e isto por uma questão de princípio: numa época de inflação em que tudo se subverte e nada se respeita, é bom que nós comunitários demos ao resto do país uma liçãozinha de respeito mesmo quixotesca pela . . . Tabela Price.

Respeitando, pois, o espírito mais que a letra da sua lei interna, os companheiros da UL há muito que vêm acedendo à propriedade da firma em que trabalham.

Como? Adquirem eles esse direito à co-propriedade da empresa por força de algum capital que a ela trazem? Não. Aqui nunca houve afluxo de dinheiro privado, e o operário que o tivesse não o poderia colocar na firma. É outra questão de princípio, particular nossa, e que parece "chatear" bastante certos donos de capital que nos visitam e que têm a idéia muito fixa de capital como sendo só dinheiro. Aqui não se aceita dinheiro nem do trabalhador nem de quem quer qu seja, porque nós queremos provar que uma comunidade se constrói . . . sem dinheiro, melhor dizendo, a partir de um mínimo de dinheiro emprestado a longo prazo; para nós o *trabalho* é que é a fonte *maior* de capital. Uma comunidade de trabalho deve logicamente pertencer a todos os que nela trabalham, porque é com o trabalho de todos que ela constrói, aumenta e valoriza o seu capital.

Mas como a legislação brasileira, tal qual a legislação de qualquer país *capitalista*, não conhece essa modalidade de empresa *comunidade de trabalho*, e como temos de respeitar a legislação vigente e dentro dela trabalhar, produzir, comerciar e operar, eis aqui de que modo procedemos para salvar tanto a nossa realidade interna quanto a legislação externa, sobretudo a trabalhista:

O operário que entra na UL, embora sabendo que isto aqui é uma comunidade, é admitido como trabalhador comum e suas relações com a firma serão regidas pelas leis trabalhistas em vigor; para começar, êle fará três meses de experiência durante os quais será observada a sua conduta pro-

fissional e humana; se vencer essa fase inicial, o seu estágio é prolongado até onze meses, findos os quais se não servir é mandado embora com o mínimo de indenização, pois não chegou a completar um ano; se o Conselho o admite na comunidade por maioria de dois terços, êle perde sua condição de simples empregado face às leis vigentes e passa à de estagiário da UL, podendo essa segunda fase estender-se até dois anos, ou mais se fôr menor ou houver qualquer prorrogação. Mas isto é só para efeito interno; face às leis trabalhistas êle continua como empregado da UL que é uma sociedade Ltda. (com 32 sócios), de modo que se fôr despedido dentro dêsse período, a firma o indeniza integralmente dando-lhe um cheque nominal e resguardando todos os seus direitos. Se fôr aceito definitivamente como companheiro ou associado — passando também a sócio da Ltda. — êle é igualmente indenizado, pois é despedido como empregado, mas o cheque que êle recebe correspondente à indenização de um, dois ou mais anos de trabalho, êle o devolve no mesmo momento à UL, que o transforma em cotas de capital no nome do nôvo companheiro, cotas estas que a cada ano serão acrescidas com a sua participação nos lucros.

Esse modo de agir, cumprindo integralmente as leis trabalhistas, faz com que a UL jamais tenha tido até hoje qualquer questão movida contra ela pela Justiça do Trabalho; mas não deixa de ser um tanto complicado e até biface, devido à inexistência de uma lei reconhecendo a comunidade de trabalho como um tipo de empresa diferente.

Daí o fato nôvo que está surgindo na história da UL e que não foi relatado no livrinho por ser contemporâneo a êle: a transformação da UL em cooperativa de trabalho.

A lei que rege as cooperativas no Brasil é bastante imperfeita, como todos sabem. Foi preciso aos funcionários do Departamento de Assistência ao Cooperativismo uma ginástica mental fora do comum, aliada a uma dose quase excessiva de boa vontade e jeito, para encaminhar a transformação da UL em cooperativa de trabalho: foi assim que conseguimos registrar estatutos que abrangem numa só cooperativa todos os ofícios que integram a comunidade, pois nela não há só os marceneiros ou montadores de móveis, há também

tapeceiros e pintores, maquinistas, serralheiros e mecânicos, lustradores e motoristas, sem falar do pessoal das lojas e do escritório.

Os novos estatutos cooperativistas não alteram em nada a nossa essência e constituição comunitárias, e até foram elas reforçadas, pois foram encontrados na legislação das cooperativas — e sempre graças à boa vontade dos funcionários do Departamento — dispositivos especiais que permitirão à cooperativa UL se defender de um possível cooperado ímoral ou desonesto. E isto é extremamente precioso; é a lei defendendo a moral. Comunidade é uma empresa fundada num compromisso moral e nem sempre as disposições legais que regem a produção e o comércio dos bens permitem salvaguardar eficazmente os preceitos da moral natural.

É nossa convicção que a passagem da UL para cooperativa vai criar no sistema cooperativista ainda pouco explorado entre nós um novo campo de estudos e pesquisas, por exemplo na questão da isenção de impostos, da divisão dos lucros e sobretudo da própria lei que rege os diferentes tipos de cooperativa. Pois é fato notório que a deturpação do sentido cooperativista se faz à sombra de leis imperfeitas sobre cooperativas. Temos cooperativas ditas agrícolas ou de crédito que não passam de autênticas arapucas, como vemos grandes usineiros de açúcar unirem-se em "cooperativas" com o único fim de adquirir cobertura legal para verdadeiros cartéis destinados a impor preços e pressionar órgãos controladores dos mesmos.

Esperemos que a nova experiência UL — *cooperativa de trabalho*, bem como a experiência do Banco Brasileiro de Descontos, abram caminhos novos para o cooperativismo autêntico no Brasil.

B) *A questão da participação nos lucros e do reinvestimento*

Participação nos lucros: está aí um postulado que para a maioria dos nossos visitantes, para não dizer dos brasileiros em geral, parece dever constituir o objetivo primordial das reivindicações do trabalho.

Pois leiam isto aqui: os lucros da UL, por decisão *unânime* de seus membros, há muitos anos que não vêm sendo distribuídos, isto é, sacados e gastos pelos companheiros.

É que eles descobriram, e tinham mesmo que descobrir sob pena de deixar estagnar e perecer a firma, um dado econômico muito simples: os lucros numa comunidade estão ainda mais ligados ao reinvestimento do que nas outras firmas.

Ensina a teologia ascética e mística que em matéria de espiritualidade parar é regredir. Pois esta lei do espírito em sua mais alta expressão, se verifica também de maneira análoga nos domínios da vida e da criação econômica: uma firma que não cresce — e crescimento aqui não significa gigantismo — uma comunidade que para de progredir, forçosamente regride, e pode até fechar.

Como é que crescem as firmas capitalistas ou estatais? De três modos:

1) com inversão de dinheiro próprio do capitalista ou do Estado;

2) com inversão de dinheiro do público mediante venda de ações ou apólices da dívida pública;

3) com o reinvestimento dos lucros ou parte dos lucros da própria firma.

A UL sempre cresceu na base exclusiva do reinvestimento dos lucros de seus próprios associados. E acho que êsse é o caminho normal de toda comunidade.

E isto é altamente formativo e humano. Por quê? Porque a comunidade para obter que seus membros aceitem de bom grado a reinversão dos lucros é obrigada a manter o que nas firmas capitalistas ou estatais se chama salário, e nas cooperativas e comunidades chamamos retirada mensal, num nível correspondente pelo menos ao custo real da vida. Eis porque na UL não se espera a decretação oficial dos novos níveis de salário mínimo para alterar a escala dos vencimentos. Eis porque também a UL — a fim de não colocar seus operários por demais acima dos outros em questão de remuneração direta do trabalho — prefere aumentar o salário-família ou melhorar a categoria profissio-

nal do trabalhador. Hoje o companheiro casado recebe Cr\$5.000,00 a mais pela espôsa e Cr\$2.500,00 por filho, e a tendência é de aumentar êsses níveis. Os solteiros não protestam, ou se o fazem eles o fazem de um modo todo especial: casam-se mais cedo. Já foi observado mais de uma vez que os companheiros solteiros da UL não gostam de usufruir por muito tempo a "liberdade"; amarram-se muito mais depressa do que costumam fazê-lo os jovens que trabalham nas firmas capitalistas.

Isto é prova de que? Prova de que a UL procura em tudo não o lucro em si, mas a *segurança do grupo* em primeiro lugar, e a segurança de cada um na medida em que se integra no grupo.

Todos os nossos jovens perceberam instintivamente e quase sem discussão que retirar os lucros da UL equivale a matar a galinha dos ovos de ouro para comer-lhe simplesmente a carne. Então é muito simples: por vontade unânime dêles, os lucros ficam na firma, mas contabilizados no nome de cada um pelo sistema que foi explicado no livro. Pois nenhum companheiro quer ficar com o suor do outro. Se alguém quiser sair um dia por êste ou aquêle motivo, leva a sua parte. O homem aqui não explora o homem. O capital não fica com a mais-valia. Mas os companheiros todos aplicam em conjunto os frutos do seu trabalho, isto é, os lucros financeiros da comunidade, na compra de máquinas ou de equipamento, na renovação de estoques ou na instalação de lojas, enfim em tudo aquilo que possa garantir a continuidade da UL na existência econômica e financeira, para que êles todos dentro dela possam continuar a garantir a sua existência individual e familiar num nível condizente com a dignidade humana, votando, de vez em quando, se a situação da firma o permitir, a elevação geral de todos os níveis de remuneração.

Isto é capitalismo? Não. Isto é comunidade.

C) *A questão da co-gestão*

Como bem o lembra JOÃO XXIII na *Mater et Magistra*, é realmente a participação dos operários na direção das

empresas que constitui o ponto nevrálgico de toda a questão social. Resolvido esse ponto, o resto vem por si, e as graves questões da propriedade das firmas ou da repartição dos lucros perdem logo o seu caráter de pomo de discórdia.

Tendo a UL passado no curto espaço de 9 anos, de três para 65 membros, a participação de todos no direção teve naturalmente que passar de simples que era a um sistema um pouco mais complicado e evoluído.

O fato mais notório que ocorreu desde a publicação do livro foi aquêlê por nós denominado de "delegação de poderes". Não era possível ao Conselho, hoje constituído de 32 membros, continuar como a autoridade máxima e inapelável da comunidade, sobretudo em matéria legislativa, e exercer ao mesmo tempo o poder executivo, regendo em todos os itens a marcha cotidiana da empresa. Esta última prerrogativa, é verdade — de acôrdo com a letra da nossa constituição interna —, ficou durante anos nas mãos de um chefe de comunidade responsável perante o Conselho, ou assembléia geral dos companheiros. Diz com efeito o art. 9.º: "Como comunidade não significa ausência de autoridade, haverá um Chefe de comunidade, eleito pela Assembléia Geral por maioria absoluta e para um período de três anos, podendo ser reeleito".

Na prática esse chefe sempre fôra o Geraldo de Barros, aquêlê artista e bancário de que tanto falo no livrinho. Ele sempre teve a confiança integral dos companheiros que o mantiveram no poder até um ano e meio atrás. E o teriam mantido ainda, se êle mesmo não tivesse resolvido entregar o poder executivo a outro. Só que esse outro não era mais uma pessoa mas um grupo de pessoas. O Geraldo achou, e os outros concordaram, que a UL crescera demais para ser dirigida por um só de seus membros; os problemas se tinham tornado complicados pelo simples fato de ter a firma deixado de ser uma modesta oficina artesanal funcionando numa área de 200 m², para tornar-se uma fábrica de 2.600 m², concorrendo com outras fábricas, e aumentando cada ano o seu capital real e os seus negócios, montando lojas próprias e fornecendo móveis no atacado para grandes lojas do país. Surgiu daí a idéia da "delegação de poderes" pelo

Conselho e pelo Chefe de comunidade a um colegiado constituído de 9 membros, eleitos por cada uma das seções da fábrica, inclusive pelo escritório e pelas lojas. Formam êles o que costumamos chamar a "reunião dos encarregados"; êles é que são agora o executivo da UL ou seja o Chefe de comunidade de que fala o art. 9.º, chefe coletivo, ou direção conjunta que continua responsável por seus atos perante o Conselho do qual, aliás, todos fazem parte, como é natural, e que lhes faz confiança como também é natural. O prazo desta delegação de poderes é indeterminado, podendo a formação do colegiado ser alterada a qualquer momento pelos companheiros. Na passagem para cooperativa, êsse colegiado ou renião de encarregados passará a funcionar *legalmente* como o conselho de administração, elegendo normalmente seu presidente que será o gerente da cooperativa.

Êste colegiado ou chefe coletivo se reúne cada 15 dias ou sempre que se torna necessário. A direção imprimida por êle é firme e segura, sendo que tôdas as decisões de maior importância ou gravidade, sobretudo as que se referem à admissão ou rejeição de companheiros, permanecem afetas ao Conselho.

Êste fato da delegação de poderes teve, como não podia deixar de ter, repercussão imediata nas outras reuniões ou assembléias da UL. Dado que uma soma grande de poderes foi delegada a um grupo menor de responsáveis — menor que o Conselho todo, maior que o simples chefe individual com seus assessôres — as reuniões do próprio Conselho se tornaram menos frequentes porque menos necessárias; e as que se realizam, o que ocorre pelo menos uma vez por mês, tornaram-se mais breves pelo simples fato de haver menos assuntos em pauta. Acabaram-se aquelas reuniões do Conselho que começavam às 4 e terminavam às 8 ou 9 da noite. Excesso de democracia também cansa. E quando se parlamenta demais, os assuntos em pauta tendem a passar de questiúnculas a graves questões capazes de provocar até tumultos, ou pelo menos, inúteis discussões.

Quanto à Assembléia Geral de contato, da qual todos, inclusive os menores, participam, esta continua a reunir-se cada 15 dias — não é mais cada semana como está no

livro. É que ela também teve a sua pauta ainda mais reduzida, limitando-se aos assuntos de interesse geral que lhe são deixados pelo Conselho: entre êsses figura, por exemplo, tudo o que se refere à parte esportiva, recreativa, cultural e social; mesmo aí já houve também uma outra delegação de poderes, tendo sido constituído um clube UL com sua diretoria, seu regulamento e até sua caixa especial. É na Assembléia Geral que costumam ser debatidos os problemas e os casos suscitados pela criação do tal Instituto de Cultura operária de que falo no livro e cujo funcionamento iniciou-se a partir dêste segundo semestre.

Penso ter mostrado suficientemente aos leitores o que vem a ser o poder numa empresa comunitária, poder difuso e exercido realmente por todos em diversos graus e em níveis diferentes. Pelo fato de ser a UL uma empresa humana que considera antes de tudo o interesse de todos, a segurança de todos, o lucro de todos e a propriedade de todos, ela tem que lutar constantemente contra aquilo que em todo indivíduo humano se opõe ao que é comum, contra o instinto de dominação ou de rebeldia, contra o instinto de posse indevida ou de lucro ou vantagem puramente individual. É o eterno conflito entre pessoa e comunidade, tão mal resolvido pelos sistemas político-econômicos que hoje dominam o mundo.

É sumamente interessante observar nas diferentes reuniões da UL a defesa que o instinto comunitário organiza para preservar a integridade do todo contra o divisionismo das partes. Mesmo em meio às maiores divergências e às oposições mais ferrenhas sempre uma coisa se salva: a sobrevivência do grupo; e o voto é sempre unânime ou quase quando se trata dêste ponto fundamental: a segurança de todos.

Isto não impede que os problemas suscitados pela convivência humana continuem a subsistir. Mesmo depois de tomadas decisões graves e resolvidas divergências profundas, as situações podem continuar em tensão por muito tempo ainda, tornando difícil a marcha harmoniosa do conjunto. É um fato e temos que aceitá-lo. É humano. Uma comunidade de trabalho não é um côro de anjos nem uma asso-

ciação de bem-aventurados. É um grupo de homens com suas qualidades e seus defeitos. As qualidades fazem progredir mas os defeitos também compõem a marcha. É o que tentou dizer um dia numa reunião do Conselho um dos encarregados, ótimo operário eleito por unanimidade como chefe e representante de um importante setor: "a coisa mais difícil do mundo é a gente ser patrão de um punhado de patrões!" Ainda bem que ele descobriu isto: que na UL os companheiros se deixam governar dificilmente porque têm consciência de serem eles todos, de uma forma ou de outra, os seus próprios governantes.

Isto é comunismo? Não. Isto é comunidade.

* * *

Terminadas estas considerações a respeito das mudanças ocorridas na UL desde a publicação do livro sobre ela, acho conveniente tecer algumas outras, tendo como finalidade situá-la melhor dentro da atual conjuntura nacional.

Uma primeira advertência a fazer ao leitor é a seguinte: não cometa o erro que tantos vêm cometendo de estimar a experiência UL como algo essencialmente *anti*: uma empresa essencialmente anticapitalista ou anticomunista, ou as duas coisas ao mesmo tempo; nem caia tampouco na ingenuidade de pensá-la como um simples meio-térmo, uma mera "terceira posição", ou seja uma empresa que tendo algo de capitalista e algo de socialista, nada mais faz do que somar as duas quantidades, fazendo surgir daí uma terceira que a opõe àqueles dois sistemas e a mantém equidistante de ambos.

Uma tal esquematização simplista nada mais é que hegelianismo puro. Aliás, por falar em dialética, é cada vez mais visível a influência dos esquemas hegelianos ou marxistas sobre o pensamento social das nossas elites dirigentes ou não, católicas ou não.

Mais de cem anos após a sua formulação, os princípios da filosofia idealista aí estão causando devastações sem conta em nossa sociedade mediante um casamento espúrio e esterilizante com a nossa mentalidade brasileira, tão mar-

cada ainda pelo bacharelismo, tão amiga das "soluções" meramente verbais ou juristicistas, das "revoluções" de gabinete, de salas de redação ou de salões de conferências, das batalhas "de Itararé" que nunca ocorrem, das reformas "de base" que ficam eternamente sem base alguma, sem estudo algum, sem realismo algum, tudo isto agora envolto em sonoro palavriado populista e irradiado pelo país inteiro sob estrondosas ameaças de "justiça pelas próprias mãos" a ser feita naturalmente "pelo povo cansado de esperar" pelas tais reformas.

O mais "gozado" é que todo o mundo só fala de reformas, mas ninguém as faz, nem o govêrno que se diz reformista e esquerdizante, nem, como é natural, os capitalistas, nem mesmo os esquerdistas socialistas ou comunistas. Todos gritam a mais não poder contra a escuridão mas sem terem a coragem de acender a menor luzinha.

Para quem apelar então? Para o capitalismo que aí está?

Como acreditar na possibilidade do capitalismo ou do neocapitalismo (será que êste existe mesmo no Brasil?) para resolver o que quer que seja, pois que nem mesmo os princípios do capitalismo autêntico são postos em prática entre nós? Haja vista, por exemplo, o problema do reinvestimento. Não é mais segrêdo para ninguém que brasileiros e firmas brasileiras possuem depositados em bancos estrangeiros a inacreditável soma de *onze bilhões* de dólares, mais que suficiente para cobrir não sei quantas vêzes a nossa perigosa inflação que, após ter devorado o capital de giro das nossas firmas, já começou a devorar o nosso capital real.

Entendem mesmo algo de "capitalismo" ou de investimentos produtivos os nossos "capitalistas" botocudos que em vez de ampliar as suas fábricas, dando assim trabalho ao povo e alargando o mercado interno que faz a fôrça de qualquer nação, se lançam que nem loucos na especulação de terras como estão fazendo agora em escala colossal lá pelos lados da Belém-Brasília? Sei de "capitalistas" endinheirados que chegam a adquirir, por aquelas bandas, terras até de 60 km por 60 ou fazendas de até quatrocentos mil alqueires e com escrituras passadas no valor de 10 a 20 vêzes

superior ao valor real, de modo a poderem essas terras ser revendidas ao govêrno por êsse valor "irreal" mas "legal", isto no caso de passar qualquer reforma agrária. . . . E chamam isto empate de capital! São mesmo os botocudos do liberalismo, êsses coitados, ou como dizia o velho MARX, os covêiros de si próprios. Dêles não há mesmo nada a esperar.¹

E do govêrno, que podemos esperar? Que faz essa divindade sem mistérios da qual tudo se espera neste país? Que faz o govêrno brasileiro senão atrapalhar os que produzem, com suas incríveis exigências burocráticas e suas eternas medidas paliativas senão mesmo antieconômicas por definição? A UL deixou de abrir uma loja em Nova Iorque, isto é, deixou de fazer dólares para o nosso país, simplesmente porque, quando fomos sondar o terreno e examinar as possibilidades, foi-nos dito apenas isto, e por alguém que sempre foi exportador e desempenha ao mesmo tempo um alto cargo oficial: "Não queiram nem pensar em exportação, pois para poder mandar um saco de café para o exterior eu tenho que providenciar a bagatela de . . . cento e vinte documentos!"

Como esperar qualquer solução econômica de um govêrno que além de se afundar assim na papelada ainda se mete por uma inflação descontrolada e embarafusta por uma estatização absurda deixando as suas oitenta emprêsas, com exceção de umas três ou quatro, na mais calamitosa das situações deficitárias? Sabem os leitores que êsse govêrno "nacionalista", que impõe às emprêsas automobilísticas a obrigação em prazo curto da nacionalização 100% do produto, coisa que tôdas elas já fizeram, não conseguiu nacionalizar a sua própria emprêsa — a F.N.M. — em mais de 52%? Sabem que esta mesma F.N.M. gasta em publicidade o que gastam neste item tôdas as outras reunidas? Mas já viram por aí algum reclame de F.N.M. ou do carro JK?

¹ É claro que me refiro aqui tão-só aos capitalistas que são "irreformáveis". Sei de bom número de outros que procuram melhorar ou mesmo reformar o sistema e fazem boa aplicação dos lucros que obtêm. Mas não há negar que a ação dêstes é dificultada pelo modo egoísta e impatriótico por que agem aquêles outros.

E é esse gozadíssimo governo “de esquerda” incapaz de pôr em ordem a sua própria casa, que vem nos falar de nacionalismo, reformas de base ou outras baboseiras?

Se esse governo se queixa tanto que *êles* não o deixam realizar as tais reformas, *êles*, os imperialistas ou os vendidos, porque não realiza *êle* esta reforminha simples que pode ser feita sem nenhum estardalhaço: participação dos operários na gestão das empresas estatais, Petrobrás, F.N.M. e o resto? Ah: é difícil? E não é muito mais difícil reformar o Brasil inteiro?²

Concluindo esse artigo: no fundo a verdadeira lição a extrair da experiência UL é que as tais reformas nós é que temos mesmo de fazê-las. Sem esperar que o governo as faça, já que *êle* está ocupado mesmo é com política e não com economia.

Sem esperar que os “esquerdistas” as façam, pois *êles* andam ocupadíssimos em encher os seus pulmões para poder berrar em praça pública contra a “direita” que não quer reformas e propondo *êles* mesmos — grande reforma! — a estatatização de todas as empresas e mais a derrubada do “estado burguês” — oh genialidade!

Sem esperar que os capitalistas (ou os neo) façam qualquer coisa para melhorar o que quer que seja, pois *êles* andam preocupados é com a compra de mais glebas e a colocação de seus lucros em bancos estrangeiros, colaborando assim, e quão eficazmente, no desenvolvimento . . . dos desenvolvidos.

Sem esperar que os comunistas sobrevenham para salvar a economia, pois *êles* andam ocupados é com política, já que a sua revolução há muito que deixou de ser social, e econômica mesmo nunca foi. Eu queria só ver os comunistas organizando no Brasil o trabalho forçado!

Revolução na estrutura da empresa! Está aí uma revoluçãozinha pacífica que qualquer um de nós pode fazer. E não é tão difícil assim. Os princípios aí estão, claros

² Foi justamente *êste* o tema de dois longos programas de TV que fizemos, nós da UL, e mais um professor da Universidade do Estado, um diretor de Banco, e dois representantes de empresas grandes. A conclusão dos debates firmada por todos foi esta: é possível estender a experiência UL ao setor da grande empresa e mesmo às empresas estatais.

como o dia, pois são os do bom senso, e são ditados pela realidade do nosso país e de qualquer país. Campo no Brasil é o que falta menos, mão-de-obra está sobrando em qualquer lugar. Dinheiro, nós aqui na UL nunca nadamos em dinheiro, mas êle nunca faltou, como êle não falta a ninguém que resolve produzir em condições econômicas. E o trabalho está aí também, só esperando oportunidade de fazer dinheiro, produzindo bens.

Então o que é que falta aos brasileiros para tentar esta reforma, fazendo assim "justiça pelas próprias mãos?" O que é que falta? Eu vou lhes responder contando uma anedota autêntica que, aliás, me foi contada pelo Geraldo nos tempos áureos do início da UL. Um dia estavam reunidos, êle, Geraldo, e mais uma turma de artistas, todos pintores, no Museu de Arte Moderna de São Paulo, e estava também o velho VOLPI, o melhor pintor brasileiro, saído das camadas populares, homem simples que se fêz sozinho a partir do nada. Discutiram horas sobre abstracionismo e concretismo e mais uns tantos "ismos". E o VOLPI não dissera uma palavra. Afinal antes que a sessão fôsse suspensa, alguém lembrou-se de interpretá-lo: então VOLPI, V. o que diz? — Bom, eu — disse êle enrolando devagar o seu cigarrinho de palha — eu acho que agora todo êsse pessoal aqui devia ir para casa e pintar um pouco.

É isto exatamente caro leitor: Os brasileiros só gostam de falar e não fazem nada porque o que lhes falta é apenas isto: vontade de fazer.